

# PRINCIPAIS DOENÇAS QUE AFETAM OS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS

## MAIN DISEASES THAT AFFECT MILITARY POLICE IN THE STATE OF GOIÁS

Pedro Henrique de Lacerda Parente Dantas\*  
Tatiane Ferreira Vilarinho\*\*

### RESUMO

O presente artigo aborda as principais questões relacionadas à saúde dos Policiais Militares do Estado de Goiás, buscando analisar as doenças predominantes e os desafios enfrentados por esses profissionais, sob a autoria de um aluno do Curso de Formação de Praças. A coleta de dados foi realizada por meio da exploração minuciosa das informações disponibilizadas pela Junta Central de Saúde (JCS), empregando uma análise quantitativa que proporciona uma compreensão mais aprofundada por meio dos números fornecidos ao longo do ano de 2023. Os resultados obtidos não apenas delineiam as condições de saúde dos Policiais Militares, mas também abrem caminho para futuras intervenções destinadas a aprimorar significativamente a qualidade de vida desses profissionais, com o intuito de otimizar os resultados proporcionados por eles à sociedade. O artigo destaca a imperatividade de estudos contínuos para uma compreensão mais aprofundada das doenças específicas e dos fatores de risco associados, visando orientar políticas e práticas mais eficazes no apoio à saúde desses dedicados trabalhadores.

Palavras-chave: Policiais Militares do Estado de Goiás, doenças, Junta Médica de Saúde, análise, melhoria, profissionais, fatores de risco.

### ABSTRACT

The present article addresses the main health-related issues of Military Police officers in the State of Goiás, aiming to analyze prevalent diseases and challenges faced by these professionals, authored by a student from the Basic Training Course for Enlisted Personnel. Data collection was carried out through a meticulous exploration of information provided by

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Formação de Praça, Turma I do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM). E-mail: [pedro.parente@hotmail.com](mailto:pedro.parente@hotmail.com)

<sup>2</sup>Professor orientador Tatiane Ferreira Vilarinho, Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, especialista em Docência Superior pela Fundação Educacional de Goiás, graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás, Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiânia - GO, 09 de outubro de 2023.

the Medical Health Board (MHB), employing a quantitative analysis that offers a deeper understanding through the numbers provided throughout the year 2023. The results obtained not only outline the health conditions of Military Police officers but also pave the way for future interventions aimed at significantly improving the quality of life for these professionals, with the purpose of optimizing the outcomes they deliver to society. The article emphasizes the imperative need for continuous studies to gain a deeper understanding of specific diseases and associated risk factors, aiming to guide more effective policies and practices in supporting the health of these dedicated workers.

## **1 INTRODUÇÃO**

A segurança pública é uma questão fundamental em qualquer sociedade, sendo responsável por garantir a ordem, a proteção dos cidadãos e a manutenção da paz social. Os profissionais que atuam nessa área desempenham um papel crucial na preservação da segurança e da integridade da comunidade, frequentemente enfrentando situações de alto risco e estresse em seu trabalho diário. No entanto, o desafio de manter a segurança pública não está apenas relacionado aos perigos inerentes ao trabalho, mas também às doenças que afetam esses profissionais, muitas vezes resultando em afastamentos prolongados e impactando a eficácia das operações de segurança.

A exposição a condições adversas, traumáticas e potencialmente perigosas pode ter sérias consequências para a saúde física e mental dos profissionais de segurança pública. Nesse contexto, este artigo se propõe analisar dados sobre as doenças que mais afastam os profissionais de segurança pública de suas atividades, para a análise será utilizado os Policias Militares do Estado de Goiás, considerando os diversos fatores que contribuem para essas condições de saúde adversas. Compreender os principais desafios relacionados à saúde desses profissionais é crucial não apenas para garantir seu bem-estar, mas também para manter a eficiência e eficácia das instituições de segurança pública como um todo.

A Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) possui uma história rica e significativa, que remonta ao período colonial brasileiro. Sua origem está ligada à necessidade de manter a ordem e a segurança nas terras goianas. A presença militar em Goiás remonta ao século XVIII, quando a região ainda era uma parte do vasto território colonial do Brasil. Durante esse período, a Coroa Portuguesa estabeleceu forças militares, como os Dragões de Goiás, para proteger suas fronteiras e interesses na região. No entanto, foi apenas em 1822, com a independência do Brasil, que as forças de segurança começaram a se organizar de maneira

mais estruturada. Durante o Império, as milícias locais desempenharam um papel importante na manutenção da ordem.

Ao longo deste artigo, será analisado as principais doenças que afetam os profissionais da polícia militar do Estado de Goiás e o tempo de afastamento necessário para a recuperação desses profissionais, identificados os fatores de riscos associados a essas doenças e implicações dessas condições para as operações de segurança pública. Além disso, será apresentado dados que possam servir para análise estratégica e intervenções futuras que possam mitigar os riscos à saúde desses profissionais, auxiliando na promoção de ambientes de trabalho com maior segurança e mais saudáveis.

A análise das doenças que mais impactam os profissionais de segurança pública não apenas oferece uma visão crítica para a implementação de medidas preventivas e de apoio, mas também ressalta a importância de valorizar e proteger aqueles que dedicam suas vidas à proteção da sociedade como um todo. É fundamental para o bem-estar da comunidade e a eficácia das operações de segurança pública que esses profissionais sejam capazes de enfrentar os desafios de seu trabalho com saúde e resiliência.

A profissão de policial militar é uma das mais desafiadoras de nossa sociedade, exigindo um equilíbrio precário entre a manutenção da ordem pública e a resposta a riscos iminentes. Embora muitas vezes a atenção se concentre na sua responsabilidade de manter a segurança, é importante reconhecer um problema subjacente à realidade dos militares do Estado de Goiás: a escassez de dados e o estigma associado às doenças que afetam esses profissionais. Esta questão é crítica pois afeta não só a saúde e bem-estar dos policiais, mas também a eficácia geral da aplicação da lei e, em última análise, a segurança da própria sociedade.

A primeira parte desse desafio reside na dificuldade inerente de coletar dados abrangentes e confiáveis sobre a saúde física e mental dos policiais militares do estado de Goiás. A falta de informações precisas e atualizadas limita a capacidade de desenvolver intervenções e políticas eficazes de apoio à saúde dificultando na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças médicas e psicológicas às quais esses profissionais estão frequentemente expostos. Além disso, o estigma associado a muitas destas doenças é muitas vezes ignorado ou ocultado devido a questões profissionais e ao medo de busca por ajuda, agravando ainda mais os problemas. Nesse contexto, este artigo explora dados obtidos através da Junta Central de Saúde (JCS) em busca de uma análise que auxilie no entendimento dos problemas enfrentados pelos policiais e sirva como apoio para futuras resoluções de problemas que garantam o bem-estar desses indivíduos e, de uma forma mais ampla, a

sociedade como um todo.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

De acordo com Dantzer (1987) e Selye (1984), a atividade ligada às forças de segurança pública é considerada uma das profissões mais estressantes do mundo. No entanto, é válido questionar como é possível chegar a essa conclusão, uma vez que essa classificação é uma experiência subjetiva e pode variar de profissional para profissional. Apesar da aparente complexidade dessa questão, podemos encontrar respostas considerando uma análise abrangente dos diversos fatores envolvidos nas atividades desempenhadas pelos integrantes dessa área.

Segundo a pesquisa desenvolvida pelo National Institute of Mental Health (NIMH) intitulada “Coping with Traumatic Events: Police, Firefighters, and First Responder”, a qual faz referência aos policiais e bombeiros que estão frequentemente envolvidos, devido à natureza do trabalho, em situações traumáticas e de elevado estresse. Além disso, o National Institute of Occupational Safety and Health (NIOSH), em sua publicação “Stress at Work” de 1999, destaca que profissionais ligados à segurança pública, como bombeiros e policiais, enfrentam frequentemente elevados níveis de estresse ocupacional devido às demandas emocionais, exposições a situações de alto risco e horários irregulares de trabalho.

O aumento da morbidade e os efeitos adversos no desempenho profissional dos policiais militares estão associados à ambientes estressantes e exposições a situações que oferecem risco à vida e a saúde desses profissionais (MINAYO et al. 2011). Além disso, há publicidade negativa causada pela desvalorização das funções policiais, falta de valorização social da profissão policial, sobrecarga emocional e física excessiva e o não reconhecimento social (SILVA;VIEIRA, 2008;SOUZA et al.,2007).

Fatores esses que impactam de forma desfavorável no bem-estar dos policiais, levando à deterioração progressiva nas interações pessoais, sociais, profissionais e na qualidade da saúde (TEIXEIRA et al., 2015). Ferreira e cols. (2012) descobriram que policiais militares que exerciam atividades exigentes, trabalhavam muitas horas e não tinham dias de descanso semanal corriam maior risco de sofrimento psicológico e doenças.

Nessa trilha, a pesquisa sobre doenças que afastam os profissionais de segurança pública de suas atividades tem ganhado destaque nas últimas décadas, enfatizando a importância de compreender os riscos à saúde enfrentados por esses profissionais dedicados como por exemplo a polícia militar do Estado de Goiás. Em estudos anteriores, diversos

fatores têm sido identificados, como os citados anteriormente, que contribuiriam para o afastamento desses profissionais de suas funções.

Codo (2002) afirma que sofrimento psíquico e transtornos mentais podem ocorrer quando o trabalho impacta áreas da vida que criam e mudam significado. Nessa perspectiva, o trabalho policial reúne uma situação adversa que expõe os trabalhadores a perturbação extrema e persistente, à insegurança, às relações de hierarquia rígidas, à exposição diária à violência, ao trabalho em pequenos espaços e em turno de trabalho – situação esta agravada pela prática da dupla jornada de trabalho (SOUSA E RUMIN, 2013). Mudança que acaba desencadeando possíveis abuso de álcool e conseqüentemente abalos psíquicos.

Segundo Karasek (2005), as demandas configuram-se como o estresse psicológico vivenciado pelos trabalhadores no desempenho de suas funções. Podem surgir da quantidade de trabalho a ser executado por unidade de tempo e/ou de uma incompatibilidade entre as capacidades dos trabalhadores e o trabalho a ser executado. Assim como a polícia, tende a causar mais sofrimento psicológico aos trabalhadores.

O estresse ocupacional tem sido constantemente associado ao desenvolvimento de doenças psicológicas, tais como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e depressão (Brown et al., 2017; Carleton et al., 2018). Além disso, a exposição frequente a situações de violência e traumas tem sido relacionada a uma variedade de problemas de saúde, incluindo lesões físicas, distúrbios musculoesqueléticos e problemas cardiovasculares (Violanti et al., 2006; Hartley et al., 2018).

O estresse, além de alterações na parte psicológica, juntamente com a ausência de atividades físicas de forma regular somados a má alimentação são fatores que contribuem para o risco de obesidade e doenças cardiovasculares entre os profissionais de segurança pública (Thompson et al., “Journal of Law Enforcement”, 2019)

Da mesma forma, a falta de recursos adequados de apoio à saúde mental e física dentro das organizações de segurança pública tem sido uma preocupação levantada por muitos estudos (Stanley et al., 2016; Marmar et al., 2019). Essa carência de recursos pode dificultar a identificação precoce e tratamento de problemas de saúde entre os profissionais de segurança pública, aumentando, assim, a probabilidade de afastamento prolongados. É incontestável que literatura que versam sobre o tema continuem a serem escritas e evoluam, fornecendo informações cada vez mais precisas sobre doenças específicas e os fatores de risco associados ao afastamento dos profissionais de segurança pública, a fim de orientar políticas e práticas mais eficazes de prevenção e apoio à saúde desses trabalhadores.

Em síntese, as demandas emocionais, exposições a situações de alto risco e horários

irregulares de trabalho são fatores críticos que afetam a saúde e o bem-estar dos profissionais ligados à segurança pública. As exposições a situações de alto risco, como confrontos armados ou ocorrências de emergência, podem ser responsáveis por ocasionar elevados níveis de estresse e traumas psicológicos. Além disso, as demandas emocionais podem ser intensas, especialmente relacionadas a eventos emocionalmente carregados negativamente, como crimes violentos e acidentes graves. Essas situações imprevisíveis podem aumentar os níveis de ansiedade e estresse dos profissionais envolvidos nas ocorrências. Ademais, as elevadas cargas de trabalho e os horários irregulares podem não apenas afetar o estado psicológico dos profissionais da área, mas também contribuir para problemas cardíacos e distúrbios relacionados ao sono.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no trabalho será a pesquisa voltada para informações logradas através de dados da Junta Central de Saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás (JCS).

Segundo a Portaria nº 764 de 3 de agosto de 2010, publicada no BGE nº 143 de 05 de agosto do mesmo ano, em seu artigo 202, A Junta Central de saúde (JSC), é órgão permanente do Comando de saúde da Polícia Militar de Goiás, que se destina à produção de perícias médicas, nos termos do artigo 18 das Normas para Inspeção de Saúde na Polícia Militar de Goiás aprovada na portaria supracitada.

Com os dados referentes às baixas dos policiais militares, será feito uma análise quantitativa, com o objetivo de identificar quais são as principais doenças e o tempo de afastamento dos referidos policiais militares.

Referências bibliográficas serão adotadas para uma melhor análise e comparação com as demais forças de segurança pública, visando identificar os agentes causadores e possíveis soluções futuras.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **4.1 RESULTADOS**

Os atendimentos realizados no Hospital da Polícia Militar do Estado de Goiás (HPM), um centro médico dedicado ao atendimento de Policiais Militares e seus dependentes, ao longo do período que abrange 01 de janeiro até o dia 26 de outubro de 2023, reflexos do

comprometimento da unidade com os cuidados e com a saúde e bem-estar da comunidade policial.

Durante o período citado, foram registrados o total de 601 atendimentos, que englobam uma variedade de especialidades médicas. Essa diversificação de atendimentos cobre desde demandas clínicas consideradas de certa forma comuns até condições mais especializadas, o que demonstra a abrangência dos atendimentos/ serviços prestados no HPM. A distribuição dos atendimentos por especialidade é um aspecto de fundamental importância deste estudo fornecendo uma valiosa visão das necessidades de saúde da comunidade policial.

Abaixo, será apresentado gráficos que ilustram e facilitam o entendimento da distribuição detalhada por especialidade, destacando as áreas de atendimento e fornecendo possíveis entendimentos para um futuro gerenciamento clínico e estratégicos que possam melhorar e prevenir doenças.

#### 4.1.2 GRÁFICOS

ESPECIALIDADE MÉDICA	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	%
CARDIOLOGIA	333	55,41%
ENDOCRINOLOGIA	93	15,47%
JUNTA CLÍNICA DE SAÚDE (JCS)	81	13,48%
NUTRIÇÃO	29	4,83%
CARDIOLOVASCULAR	15	2,50%
NEFROLOGIA	14	2,33%
GASTROLOGIA	9	1,50%
ORTOPEDIA	8	1,33%
UROLOGIA	7	1,16%
CLÍNICA GERAL	3	0,50%
CLÍNICA MÉDICA	2	0,33%
GINECOLOGIA	2	0,33%
NEUROLOGIA	1	0,17%
NEUROCIRURGIA	1	0,17%
REUMATOLOGIA	1	0,17%
INFECTOLOGIA	1	0,17%
OTORRINOLARINGOLOGIA	1	0,17%

TABELA 1: QUANTIDADE TOTAL DE ATENDIMENTOS

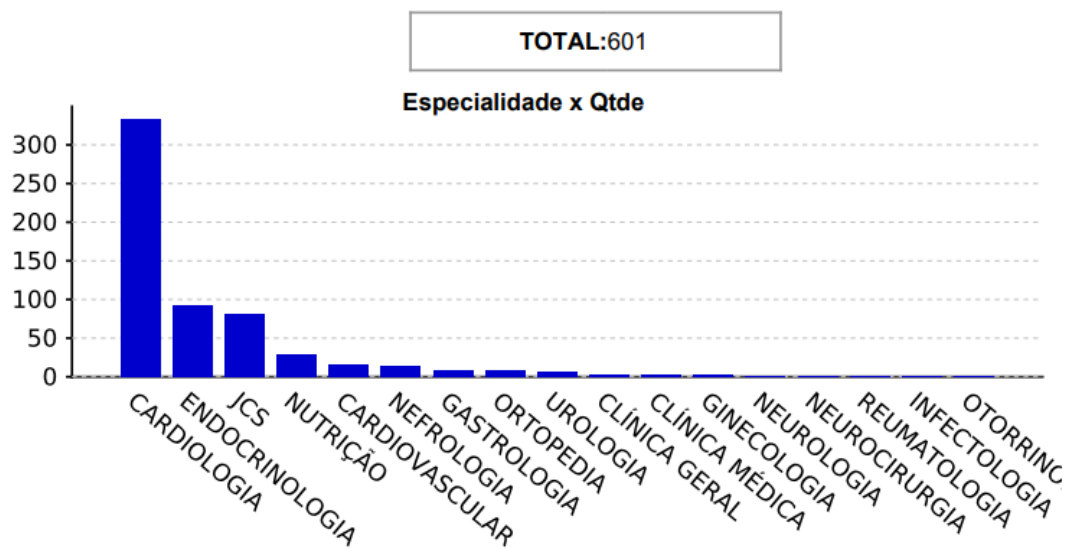


GRÁFICO 1: QUANTIDADE TOTAL DE ATENDIMENTOS

## 4.2 DISCUSSÕES

### 4.2.1 CARDIOLOGIA COMO A ESPECIALIDADE MAIS FREQUENTE

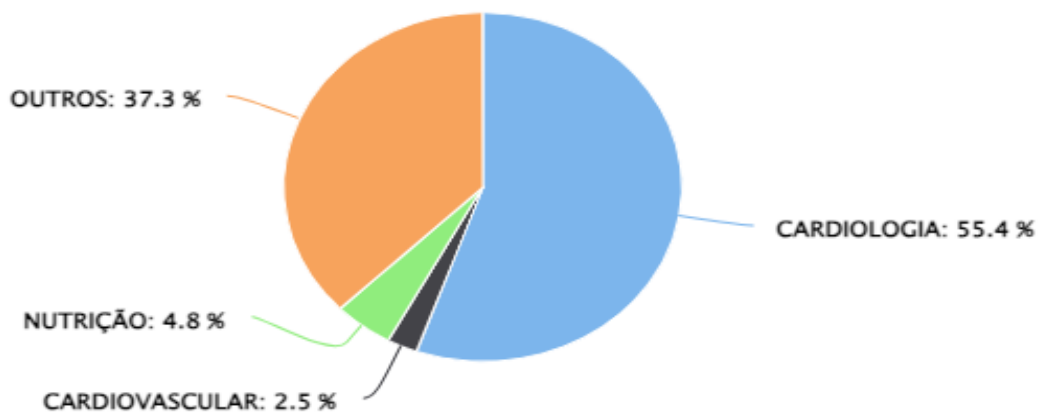


GRÁFICO 2: PERCENTUAL NUTRIÇÃO X CARDIOVASCULAR X CARDIOLOGIA X OUTROS

A alta prevalência de atendimentos em Cardiologia indica uma preocupação significativa com a saúde cardiovascular dos policiais militares. Este fator também pode estar ligado a má alimentação do policial, contribuindo para o risco de obesidade e elevando o risco de doenças cardiovasculares. O número de atendimentos na área da cardiologia é de 333 (55,41% do total de atendimentos) somados aos outros 15 atendimentos cardiovasculares (2,5% do total), representando mais da metade dos casos.

Os atendimentos de nutrição, que pode estar relacionada aos casos de obesidade e

consequentemente aos casos de problemas cardiológicos corresponde ao total de 29 atendimentos (4,83% do total). Isso é consistente com a literatura que menciona o estresse juntamente com a atividade física e má alimentação como fatores que contribuem para o risco de obesidade e doenças cardiovasculares entre os profissionais de segurança pública (Thompson et al., “*Journal of Law Enforcement*”, 2019). A exposição constante ao estresse também pode contribuir para problemas cardíacos.

#### 4.2.2 ENDOCRINOLOGIA E O IMPACTO DO ESTRESSE NA SAÚDE HORMONAL DO POLICIAL

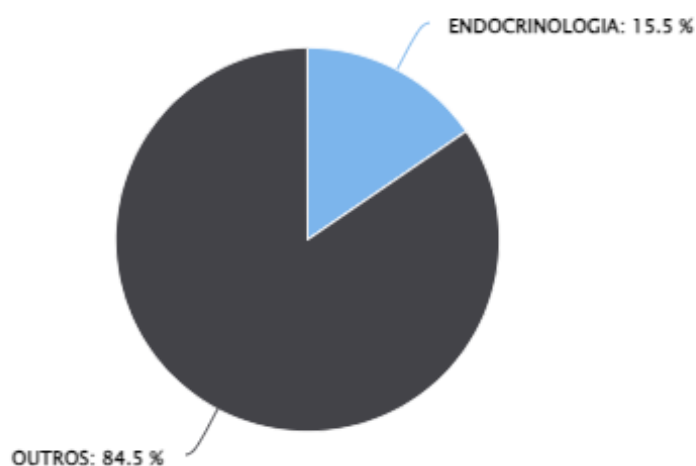


GRÁFICO 3: ENDOCRINOLOGIA X OUTROS

Os atendimentos na especialidade da Endocrinologia também merecem destaque pois é responsável pela segunda maior procura entre os atendidos no HPM com 93 casos (15,47% dos atendimentos), sendo essenciais para a saúde dos profissionais de segurança pública. O estresse ocupacional tem sido associado a distúrbios hormonais, que, por sua vez, podem contribuir para problemas metabólicos e afetar o bem-estar desses profissionais.

Esta observação está alinhada com as demandas emocionais mencionadas na revisão de literatura (NIOSH,1999) em sua publicação “*Stress at Work*”, onde é destacado que os profissionais de segurança pública, como os policiais, enfrentam frequentemente elevados níveis de estresse ocupacional devido às demandas emocionais, exposições de alto risco e horários irregulares de trabalho. Portanto, a atenção aos aspectos endocrinológicos desses profissionais desempenha um papel crucial na promoção de sua saúde e no apoio ao desempenho eficaz de suas funções.

### 4.2.3 JUNTAS CLÍNICAS DE SAÚDE (JCS)

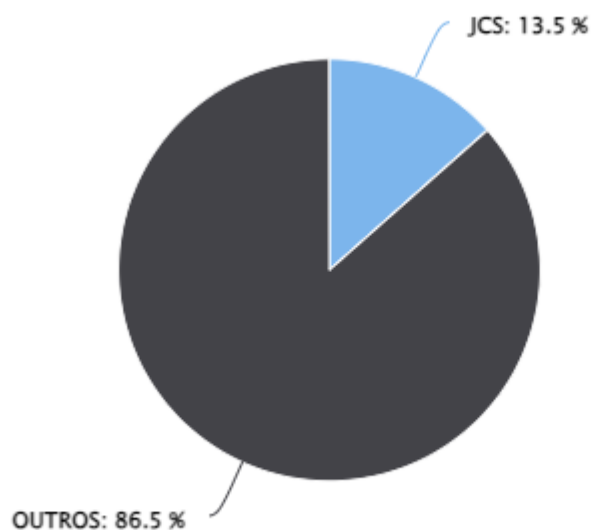


GRÁFICO 4: JCS X OUTROS

Com uma representação contando com 81 atendimentos (13,48%) é um componente crucial no cenário da assistência médica dedicada aos policiais militares. A frequência significativa de atendimentos relacionados a JCS é um indicativo sólido da necessidade de uma abordagem multidisciplinar para levantar as questões de saúde de difícil solução que frequentemente afligem os profissionais de segurança pública. A natureza diversificada e desafiadora de suas responsabilidades cotidianas coloca-os em situação que podem ter impactos tanto na sua saúde física quanto na mental.

Nesse contexto, a JCS se destaca como uma resposta essencial para a promoção da saúde e bem-estar dos policiais militares, oferecendo serviços de alta qualidade que abrangem desde questões médicas complexas até apoio psicológico e social. É inquestionável que a abordagem multidisciplinar adotada no HPM é um elemento-chave na garantia de que esses profissionais estejam em suas melhores condições para cumprir suas funções. Portanto, a JCS representa uma parte crucial no sistema de saúde voltado para atender às necessidades específicas desses dedicados indivíduos. Consoante à necessidade de adequação relacionada ao apoio à saúde física e mental dentro das organizações de segurança pública levantadas por Stanley (2016) e Marmar (2019).

### 4.2.4 OUTRAS ESPECIALIDADES

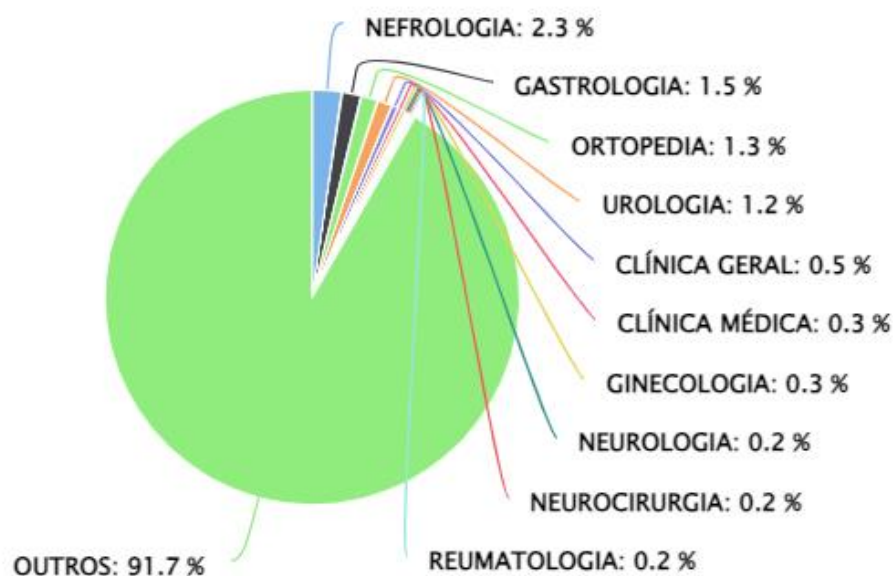


GRÁFICO 5: ESPECIALIDADES X OUTROS

Responsável por 50 atendimentos (8,31% do total), a distribuição de atendimentos em outras especialidades reflete a diversidade impressionante de problemas de saúde que os profissionais de segurança pública enfrentam em decorrência das complexas demandas de seus cargos. É notável que uma ampla gama de especialidades tenha sido consultada, abrangendo áreas como Neurologia, Neurocirurgia, Reumatologia e Infectologia, ilustrando a riqueza e a variedade das questões de saúde associadas ao estresse ocupacional que caracteriza suas carreiras.

A inclusão de tais especialidades em suas interações como profissionais de saúde destaca a importância de uma abordagem abrangente e multidisciplinar para avaliar, diagnosticar e tratar os desafios de saúde específicos que surgem nesse grupo. Essa abordagem visa garantir que as necessidades médicas, físicas e mentais dos profissionais de segurança pública (mais especificamente os Policiais Militares do Estado de Goiás) sejam adequadamente atendidas, reconhecendo a importância crítica de seu papel na manutenção da ordem pública e da segurança da sociedade.

A análise detalhada da distribuição dos atendimentos revela não apenas a complexidade da saúde desses profissionais, mas também destaca a necessidade contínua de uma abordagem de cuidados de saúde personalizada e adaptável para enfrentar suas demandas únicas. Questões essas que evitam ou amenizam o aumento do adoecimento e impacto negativo no desempenho profissional dos policiais militares, decorrentes das condições de

trabalho e severas situações que oferecem risco à saúde e a vida desses profissionais, questões levantadas por MINAYO (2011).

#### **4.2.5 NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO E APOIO**

Os resultados obtidos não apenas enfatizam, mas reforçam a urgência inadiável de se implementarem intervenções abrangentes e providenciar apoio substancial para a preservação e o fortalecimento da saúde física e mental dos Policiais Militares do Estado de Goiás e demais profissionais de segurança pública. Este compromisso transcende amplamente o tratamento de condições médicas específicas, abarcando de maneira intransigente a promoção incessante da saúde mental e bem-estar integral da classe.

É de extrema importância reconhecer que o estresse ocupacional, explorado na revisão de literatura, está associado a uma vasta gama de desafios que impactam tanto o aspecto psicológico e mental quanto o físico, englobando transtornos psicológicos, distúrbios mentais, problemas musculoesqueléticos e enfermidades cardiovasculares, e, assim, reforçando a urgência de se adotarem medidas eficazes e substanciais que também refletirá a na vida particular dos policiais e conseqüentemente na qualidade dos serviços prestados à comunidade.

#### **4.2.6 COTINUIDADE DA PESQUEISA E POLÍTICAS DE PREVENÇÃO**

Como documentado na revisão de literatura, a pesquisa voltada para o entendimento das enfermidades que resultam no afastamento dos profissionais de segurança pública de suas atividades está em um estado de constante evolução. Isso salienta, de forma inquestionável, a premente necessidade de implementar políticas de prevenção solidas e oferecer apoio irrestrito à saúde desses trabalhadores, que arriscam suas vidas diariamente em pro da segurança da sociedade.

Paralelamente, se ressalta a urgência de continuar desenvolvendo estudos aprofundados, que continuamente avancem em direção a uma compreensão cada vez mais precisa das doenças específicas e dos fatores de risco intrínsecos associados ao afastamento, fornecendo, assim, contribuições inestimáveis à saúde e bem-estar dessa valorosa categoria profissional, que merece todo nosso respeito e atenção.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos dados provenientes da Junta Central de Saúde (JCS) da Polícia Militar do Estado de Goiás oferece insights valiosos sobre as principais doenças que afetam esses profissionais e os desafios associados à manutenção de sua saúde física e mental. Os resultados indicam uma prevalência significativa de atendimentos em cardiologia, endocrinologia e outras especialidades, destacando a complexidade e a diversidade das questões de saúde enfrentadas por esses profissionais.

A alta demanda em cardiologia sugere uma preocupação substancial com a saúde cardiovascular dos policiais militares, possivelmente relacionada a fatores como estresse ocupacional, má alimentação e exposição constante a situação de risco. Além disso, a procura significativa por atendimentos em endocrinologia destaca a importância de abordar questões hormonais relacionadas ao estresse ocupacional, que podem impactar o bem-estar e o desempenho desses profissionais.

A presença significativa de atendimentos relacionados à Junta Central de Saúde (JCS) evidencia a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para lidar com questões complexas que afetam a saúde física e mental dos policiais militares. A diversidade de especialidades consultadas, como neurologia, reumatologia e infectologia, ressalta a amplitude dos desafios enfrentados por esses profissionais.

Os resultados reforçam a urgência de implementar intervenções abrangentes e oferecer apoio substancial à saúde dos policiais militares, indo além do tratamento de condições médicas específicas. Destaca-se a importância de políticas de prevenção sólidas e contínuas, visando mitigar os riscos à saúde desses profissionais e garantir que possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e resiliente.

A pesquisa apresenta uma base sólida para a continuidade de estudos sobre as condições de saúde dos profissionais de segurança pública, contribuindo para a evolução constante do entendimento das doenças específicas e dos fatores de risco associados. Isso é crucial para orientar políticas e práticas mais eficazes de prevenção e apoio à saúde desses trabalhadores, reconhecendo sua importância vital na manutenção da ordem pública e de segurança da sociedade.

É importante ressaltar que, inicialmente, havia a intenção de incluir dados relevantes sobre o tempo de afastamento por doenças dos policiais militares no Estado de Goiás, bem como informações relacionadas a doenças mentais desses profissionais no estudo em questão. No entanto, deparou-se com uma significativa limitação devido ao estágio ainda em desenvolvimento do sistema da Junta Central de Saúde, responsável pelo fornecimento dessas estatísticas.

O referido sistema encontra-se em fase de implementação, o que resultou na ausência de dados digitalizados e na predominância de registros em formato físico. Essa circunstância impediu a obtenção completa e atualizada dessas informações no período de realização do estudo.

Reconhece-se a relevância desses dados para uma compreensão abrangente do panorama da saúde dos policiais militares do estado, não sendo possível a incorporação neste momento. No entanto, destaca-se a necessidade de futuras investigações e atualizações, assim que o sistema de coleta de dados for concluído, visando aprimorar a profundidade e abrangência das análises sobre as condições de saúde desses profissionais.

Esta limitação ressalta a importância contínua do desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de informação para respaldar pesquisas futuras, proporcionando uma base mais sólida para a tomada de decisões e a implementação de medidas voltadas ao bem-estar dos policiais militares no estado.

## 6 REFERÊNCIAS

CARLETON R N. et al. *Mental Disorder Symptoms among Public Safety Personnel in Canada. Can J Psychiatry.* V.63, n 1, p 54-64, jan. 2018.

CODO, W. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. V.3, p 148-164.

Dantzer, M. L. (1987). Police related stress: A critique for future research. *Journal of Police and Criminal Psychology*, V.3, p. 43-48.

FERREIRA, D.K.S. et. al.. Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. *Saúde Soc.* v.21, n.4. 2012. p. 989-1000.

KARASEK R. *Demand/control model: A social, emotional, and physiological approach to stress risk and active behaviour development.* Geneva: International Labour Organization, 2005.

MINAYO, M.C.S. et. al. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.4. 2011. p. 2199-2209.

NIEVERGELT, Caroline M. et al. *International meta-analysis of PTSD genome-wide association studies identifies sex-and ancestry-specific genetic risk loci.* *Nature communications*, v. 10, n. 1, p. 4558, 2019.

Selye, H. (1984). *Police stress. Police Stress Magazine*, V. 1, p. 2-5.

SILVA, M.B.; Vieira, S.B. O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. *Saúde Soc.* v.17, n.4, 2008. p.161-170.

SOUZA, J. C., & Rumin C. R. (2013). O serviço de atenção à saúde mental aos trabalhadores do sistema prisional. *Revista Transformações*. Disponível em <<https://www.ip.usp.br/site/v3n1a05-o-servico-de-atencao-a-saude-menta-aos-trabalhadores-do-sistema-prisional/>>. Acesso em 08 de out. 2023.

ALTERMAN, Toni et al. *Stress--at work*. 1999.

TEIXEIRA, J.R.B. et al. Associação entre aspectos psicossociais do trabalho e qualidade de vida de mototaxistas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.31, n.1. 2015. p. 97-110.

SHEARD, Isobel; BURNETT, Melissa Ellen; ST CLAIR-THOMPSON, Helen. *Psychological distress constructs in police with different roles*. *International journal of emergency services*, v. 8, n. 3, p. 264-279, 2019.

Violanti 2004; Violanti et al. 1998, 2006; Kposowa 1999; Charbonneau 2000; Darensburg et al. 2006; Hartwig and Violanti 1999.